

## UNEMAT Editora

**Editor:** Agnaldo Rodrigues da Silva

**Revisor:** UNEMAT Editora

**Diagramação:** Ricelli Justino dos Reis

**Capa:** Ricelli Justino dos Reis

Unemat Editora

Online - 2014

### **Revista História e Diversidade/Expediente:**

Coordenadores /Organizadores: Osvaldo Mariotto Cerezer

Marli Auxiliadora de Almeida

Renilson Rosa Ribeiro

História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 5, nº. 2, (2014), 239 p.

Modo de acesso:<<http://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade>>Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

ISSN 2237-6569

1. História. 2. Diversidade Cultural.

CDU 94+304.4 (05)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar/CRB1 2037

Os conceitos, as informações e as afirmações contidas em cada capítulo são de inteira responsabilidade do(s) autor (es) que assina (m) o texto.

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso



UNEMAT Editora

Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavanhada -

Cáceres - MT - Brasil - 78200000

Fone/Fax 65 3221-0000 - [www.unemat.br](http://www.unemat.br) -

[editora@unemat.br](mailto:editora@unemat.br)

# Revista



**Dossiê:** Ensino de História e História da Educação: caminhos de pesquisa (Parte 2)

## A EXPANSÃO DAS ESCOLAS ISOLADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO (1910 - 1930)

Marineide de Oliveira da Silva<sup>1</sup>  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP  
mari.oliveirasil@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho busca analisar, por meio de fontes documentais disponíveis nos principais acervos de Mato Grosso, como o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e o Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM), a criação e expansão das escolas isoladas mato-grossenses entre as décadas de 1910 e 1930, considerando a legislação educacional oficial da época, as peculiaridades do Estado, bem como a relevância dessa instituição para o cenário educacional mato-grossense. A escola isolada, descrita nas fontes documentais, comparada aos grupos escolares e as escolas reunidas, foram as instituições de maior expansão e oferta de ensino primário em Mato Grosso.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação. Educação Primária. Escola Isolada

**ABSTRACT:** This study aims to analyze, using documentary sources available in major collections of Mato Grosso, as the Public Archives of Mato Grosso (APMT), the Center for Information and Documentation Historical Regional (NDIHR) and House File Baron Melgaço (ACBM), the creation and expansion of individual schools mato-grossenses between the 1910s and 1930s, considering the official educational legislation of the time, the peculiarities of the state as well as the relevance of this institution for the educational scenario of Mato Grosso. The isolated school, described the documentary sources, compared to school groups and schools gathered, were the institutions of further expansion in Mato Grosso.

**KEYWORDS:** History of Education. Primary Education. Isolated school

### Introdução

O estudo sobre instituições abrange aspectos que envolvem além de seu processo de criação e implantação, as formas de gerenciamento e decisões políticas, organização do tempo e do espaço, comunidade escolar, entre outros aspectos (WERLE, 2007). As instituições educacionais, de acordo com Sanfelice (2006) tem origem peculiar e os motivos pelos quais uma instituição passa a existir podem estar atrelados a uma política educacional, a viabilização por meio de movimentos sociais ou por iniciativas de empresários. Por isso, a história de uma instituição não pode se restringir a uma descrição de fatos e sim, contrapor as relações particulares com o contexto geral.

Sobre o assunto, Sanfelice (2009) esclarece que para se captar as singularidades

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa é um desdobramento do Projeto aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT, processo nº 154805/2014.

de uma instituição torna-se necessário olhar o universal (a totalidade). O singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, e o universal também não se constitui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Dessa forma, captar as contradições e tensões entre o singular e o universal é o fundamental para uma pesquisa sobre instituições escolares.

Captar as singularidades das escolas isoladas em Mato Grosso se mostrou um trabalho de análise que requereu diferentes tipos de documentos como relatórios de presidentes do estado, inspetores de ensino e diretores da instrução pública, disponíveis nos principais acervos e arquivos de Mato Grosso: o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e o Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM) e levantamento bibliográfico sobre o tema.

De acordo com Le Goff (1990) “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que ai detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo [...]”.

Diante desse fato, o objetivo do presente trabalho, se delineou em torno da análise da criação e expansão desse modelo escolar em Mato Grosso entre as décadas de 1910 e 1930, considerando a legislação educacional oficial à época, as peculiaridades do estado, bem como a relevância dessa instituição para o cenário educacional mato-grossense.

## 1. As escolas isoladas como modalidade escolar

As escolas isoladas sempre estiveram presentes enquanto classificação escolar em todo o Brasil e, de acordo com Souza (1998, p. 51), nos primeiros decênios republicanos “[...] sobreviveram à sobra dos grupos escolares, nas cidades, nos bairros e no campo.” A autora acrescenta que, apesar dessas escolas “serem consideradas tão necessárias, os grupos foram mais beneficiados e nelas continuou predominando a carência de tudo: materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salários para professores.”

Os grupos escolares, diferentemente das escolas isoladas, foram instalados em majestosas construções destinadas, prioritariamente, à educação das elites urbanas. Segundo Reis (2003, p. 150), “construídos nas primeiras décadas da República, se destacavam em meio aos demais edifícios, provocando admiração daqueles que observavam de fora e que tinham o ‘privilégio’ de conhecê-las por dentro.” Sobre o assunto, Schueler e Magaldi (2009, p. 43) explicam que os padrões dos grupos escolares, disseminados por todo o país,

[...] assumiam grande relevo, aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais

efetivo das atividades escolares, entre outros.

As escolas isoladas, assim como os grupos escolares, atendiam à demanda do ensino primário, contudo, as primeiras vivenciaram inúmeras privações e dificuldades. Souza (2010, p. 155), em suas pesquisas sobre a história da escola primária paulista, revela as circunstâncias precárias em que se encontravam as escolas isoladas de São Paulo, ressaltando que entre as décadas de 1900 e 1920 “[...] vários dispositivos legais foram fixados para essas escolas buscando sanar problemas de localização, provimento e melhor desempenho”.

As escolas isoladas tinham como grande desafio superar a carência de docentes que aceitassem “[...] enfrentar as diferentes dificuldades de ensino e de sobrevivência nas zonas rurais e nas regiões de povoamento recente. Além das condições inóspitas do meio, eram precários os locais de funcionamento das escolas e não havia casa para residência dos professores.” (SOUZA, 2010).

A duração do curso primário das diferentes modalidades de escolas isoladas paulistas estava em consonância, conforme de Souza (2010), com o Decreto nº 2.944, de 8 de agosto de 1918, e compreendia um tempo escolar diferenciado: de 4 anos nas escolas isoladas urbanas, de 3 anos para as distritais e de 2 anos para as escolas rurais. Em São Paulo havia em 1914, um total de 1.212 escolas isoladas, sendo que em 1918 esse número passou para 1.394, em 1924 para 1.563 e em 1929 chegou a 2.684 instituições dessa modalidade no estado.

No Rio de Janeiro, a escola isolada era “classificada e hierarquizada conforme a sua localização - rural ou urbana. Em sua maioria, funcionava em casas e prédios alugados, misto de escola e residência do professor e de sua família.” Elas se expandiram por todo Estado e recebiam, em relação às outras modalidades escolares, um número maior de matrículas. No ano de 1916, havia 261 escolas isoladas e 33 grupos escolares. Em 1927, onze anos depois, quase triplicou o número de escolas isoladas (614 escolas) e praticamente dobrou a quantidade de grupos escolares (60) (SCHUELER, 2010 p. 157).

Apesar de existirem no Rio de Janeiro outras modalidades de escola, nas pequenas cidades afastadas do núcleo urbano, vilas e povoados, “o grosso da população ainda experimentava, como forma majoritária de socialização escolar, a escola isolada. A ‘velha’ casa de escola permaneceria como modalidade predominante para a expansão da escola primária no estado do Rio de Janeiro”. A expansão das escolas isoladas no Rio de Janeiro gradativamente, sendo que em 1919 havia 441 escolas isoladas, em 1920 esse número subiu para 456, depois passou em 1922 para 480 e em 1929 chegou ao montante de 608 unidades dessa modalidade escolar (SCHUELER, 2010 p. 157).

No estado de Goiás, as escolas isoladas tinham características semelhantes às baianas, “conhecidas como não graduada, em geral funcionava em casas improvisadas, sob o comando de um único professor, que utilizava método de ensino individual e que dispunha de poucos recursos didáticos e metodológicos”, sendo a classificação

dos alunos, realizada “por nível de aprendizado e segundo o programa de ensino do professor.” (ALVES, 2007, p. 13).

Alves, ao realizar uma leitura da imprensa em Goiás, ressalta que os professores goianos predominantes nas escolas isoladas do estado, “trabalhavam por parcos salários e, muitas vezes, sem nenhuma condição de trabalho” (2007, p. 13).

Em Mato Grosso, a situação das escolas isoladas se assemelha aos demais estados brasileiros, soberana em quantidade numérica, apresentando diversas dificuldades de provimento por parte do estado, só aparecendo com essa denominação (escola isolada), a partir do Regulamento de 1927.

Em 1910, o governo Pedro Celestino Corrêa da Costa, se propôs a cuidar do ensino e investir na reformulação da instrução pública primária e na habilitação docente. Assim, foi elaborado e sancionado o Regulamento da Instrução Pública de 1910, em substituições as normativas educacionais anteriores<sup>2</sup>.

Nele ficou firmado o compromisso do Estado com o ensino primário mato-grossense, sendo que este deveria ser “leigo e ministrado a custa dos cofres estadoaes, a todos os individuos, de ambos os sexos, sem distincção de classe e nem origem.” Para a concretização dessa diretriz, seriam implantadas “escolas primárias em todas as cidades, freguesia e povoado do Estado; entendendo-se por povoado qualquer grupo de habitante que não residam em terras de propriedade particular e onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de frequentar a escola.” (REGULAMENTO, 1910, p. 1).

Assim, o ensino deveria ser gratuito e obrigatório para todas as crianças entre 7 e 10 anos de idade, prescrevendo que o mesmo deveria ser ministrado “aos meninos residentes dentro do circulo traçado pelo raio de um kilometro medio da sede da escola.” Para a escola masculina seriam destinados professores e para as escolas femininas, professoras, “podendo haver pequenas freguesias e povoações, escolas mistas, regidas de preferencia, por professoras.” (REGULAMENTO, 1910, p. 1). Essa última determinação estava em consonância com as características das escolas isoladas, brasileiras e mato-grossenses.

De acordo com Alves (1998, p. 28), “a reforma do ensino, em 1910 representou uma tentativa de adequação da instrução à nova realidade, em virtude do regime republicano e do processo de modernização em curso”, sendo que o fato que reforçou essa afirmação foi a criação dos grupos escolares em Mato Grosso, constituídos da reunião de pelo menos, seis escolas primárias em um único prédio e seriam compostos por salas masculinas e femininas. As escolas absorvidas para compor este tipo de instituição, seriam eliminadas do quadro geral das instituições escolares, “passando os respectivos professores a serem considerados auxiliares do director do grupo.” (REGULAMENTO, 1910, p. 1).

Com relação às escolas isoladas, Alves (1998, p. 28) ressalta a neutralidade das determinações legais em relação ao seu quadro situacional, sendo que “grande parte das

2 Regulamentos de 1891 e de 1896.

propostas reformistas se limitaram ao Regulamento e só foram aplicadas nos grandes centros, sendo que a maioria das escolas de Mato Grosso, especialmente as do interior, sequer tiveram conhecimento da reforma na época em que foi realizada.”

As escolas isoladas, no Regulamento de 1910, não aparecem enquanto instituições de ensino. Sua presença se torna perceptível por meio das características até aqui apresentadas. Sobre a criação de uma escola, o Regulamento prescreveu que cabia ao presidente do Estado decretar, por intermédio de “representação dos pais, tutores ou educadores dos meninos, assinada dos próprios punhos, e encaminhada ao Governador por intermédio do Juiz de Paz da respectiva circunscrição que informará, emitindo sua opinião sobre a necessidade ou conveniência da criação de que se trata.” (REGULAMENTO, 1910, p. 119).

No ano de 1913, havia em todo Mato Grosso 123 escolas isoladas e 5 grupos escolares. Em Mensagem à Assembleia Legislativa do citado ano, o presidente de Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques, expressava sua preocupação com os rumos da educação mato-grossense:

Muito e muito ainda se precisa fazer neste departamento da administração pública para se alcançar o resultado desejável, e os esforços do governo no sentido de melhorar e difundir a instrução por todo o Estado tem encontrado embaraço e dificuldades de toda espécie - desde a falta de pessoas idoneas nos diversos municípios e povoações para o exercício do magistério e de outras funções que lhe são inerentes, até o de casas apropriadas para o regular funcionamento das escolas. (MENSAGEM, 1913, p. 89)

No ano de 1917, novos esforços foram implementados a fim de que as escolas isoladas tivessem sua realidade modificada e pudessem atingir os fins educacionais propostos na legislação estadual (Regulamento de 1910). Para isso, foi implantado um programa de ensino específico para essas escolas, organizado pelos professores Leowigildo Martins de Mello, Idalina Ribeiro de Faria e o Philogonio de Paula Corrêa. Tal programa “[...] possuía conteúdos distribuídos gradualmente ao longo dos três anos e organizados detalhadamente a fim de orientar a metodologia através das quais tais conteúdos seriam ministrados.” (SÁ; SÁ, 2011, p. 41).

Quanto ao ensino, a metodologia pautava principalmente no método intuitivo, privilegiando os exercícios práticos que, ministrados através de um “método experimental que possibilita a aprendizagem através da observação, utilizando novos materiais, Museus Pedagógicos, atividades diferenciadas, estudo do meio e de manuais, com a finalidade de educar a criança com uma nova concepção de conhecimento.” (POUBEL E SILVA, 2006, p. 67).

No resumo geral das matérias destinadas às escolas isoladas: “leitura, escripta, calculo arithmetico sobre números inteiros e fracções, lingua materna, geographia do Brasil, deveres cívicos e moraes.” (REGULAMENTO, 1917, p. 164).

Fora as matérias obrigatórias para as escolas isoladas, existiam conteúdos

livres e/ou facultativos, como ciências naturais (disciplina que não tinha horário nem dia pré-determinado, por isso, eram chamados de conteúdos livres e compreendia a explicações sobre o homem, animais e plantas), lições gerais (facultativo, compreendendo o ensino das cores, fenômenos naturais como chuva, trovão, neblina, orvalho, nevoeiro), desenho com conteúdos direcionados ao estudo das formas (folhas lineares, lanceoladas, espatuladas circulares, ovais, recortadas, objetos usuais e animais) e a de canto, com coral e hinos. “O ensino de animais, plantas e lições gerais, a que se referem os programas, é facultativo, ficando, por isso, a boa vontade do professor, o desenvolvimento ou não o mesmo programa.” (REGULAMENTO, 1917, p. 164).

Nesse programa, ficou estabelecido 3 anos para o curso primário nas escolas localizadas em áreas distantes dos centros urbanos e 2 anos para as escola localizadas distantes das cidades, na área rural.

A partir de 1920, a nomenclatura escola isolada começou a ser empregada com mais frequência nas mensagens dos governantes de Mato Grosso e nos demais documentos oficiais. As escolas isoladas continuavam a superar numericamente os grupos escolares, pois entre 1914 e 1921 a tabela numérica apontava um crescimento expressivo das escolas isoladas estaduais:

**Tabela 01**

Unidades escolares em Mato Grosso

Ano	Escolas Isoladas	Grupos Escolares
1914	126 unidades	05 unidades
1916	144 unidades	05 unidades
1919	164 unidades	05 unidades
1920	235 unidades	05 unidades
1921	241 unidades	05 unidades

Fonte: ALVES<sup>3</sup>, 1998.

Em 7 de setembro de 1921, o presidente Francisco de Aquino Corrêa, em discurso pronunciado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, denunciou que a situação do ensino primário mato-grossenses não sofrera alteração:

Limitar-me-ei hoje apenas a denunciar um grave mal, que vem pesando, ha muito, sobre a nossa instrução primária e é que, sob pretexto de propagar o ensino, multipliquem-se inutilmente as escolas, para transformal-as em mera sincuras, sem fiscalização alguma, burlando-se, destarte, grande parte do sacrificio do Estado em nobilitante lucta contra o analfabetismo. (MENSAGEM, 1919, p. 22).

A denúncia se pautava na afirmação de que não adiantava criar novas escolas, principalmente nas áreas isoladas, se as que haviam sido construídas eram ineficientes e só oneravam os cofres do Estado, sendo a solução sua equiparação às existentes.

<sup>3</sup> Tabela adaptada a partir dos estudos de Alves, 1998.

Mesmo com tantos problemas estruturais e de funcionamento, impossível não delegar às escolas isoladas o seu valor na propagação do ensino, uma vez que o número de unidades escolares dessa modalidade institucional cresceu expressivamente, saltando, de 123 unidades em 1913, para quase 300 unidades, em 1921. O inverso ocorreu com os grupos escolares que não tiveram aumento no período, uma vez estagnado em 5 unidades.

## 2. As escolas isoladas em Mato Grosso nas décadas de 1920 e 1930

A predominância das escolas isoladas em Mato Grosso ganhou evidência nos dados publicados nos *Annais da Conferencia Interestadual de Ensino Primário*, evento realizado no Rio de Janeiro, em 1922, para o qual Mato Grosso fora convidado a participar.

Os resultados apresentados nessa Conferência, pelo deputado Severino Marques, representante de Mato Grosso no evento, denotaram que a população mato-grossense era de aproximadamente 225.065 habitantes e, para atender a demanda educacional, possuía 211 estabelecimentos educativos, num total de 27.007 alunos distribuídos em diferentes modalidades de escola: Isolada – 154; Grupo Escolar – 4; Escola Modelo – 1; Particulares – 41; Municipais – 11.

Com relação às matrículas nas escolas estaduais, Souza e Guimarães (1922, p. 435) explicam que Mato Grosso contava com 8.086 alunos, entretanto, a frequência média desses estudantes ficava em torno de 6.064 alunos, apresentando defasagem entre a matrícula e frequência de apenas 2.022 discentes.

A *Conferência Interestadual de Ensino Primário* sinalizou que a educação ministrada nas escolas rurais estava ganhando volume. Apesar de não ser eixo central das reflexões do evento, vários momentos foram dedicados à temática do ensino rural. Em seus *Anais* constam relatórios gerais e também nas conclusões sobre o quadro situacional do ensino primário brasileiro (difusão e seus problemas).

No relatório intitulado *Escolas urbanas e rurais – estágio e programa de ensino das escolas urbanas e rurais*, apresentado por Valle e Souza (1922, p. 124), observa-se que no Brasil existia um grande número de escolas, “[...] principalmente de escolas ruraes, que se destinam proporcionar o indispensável ensino à população disseminada por todos os recantos de nosso vastíssimo território.” Contudo, ao serem criadas essas escolas deveriam ser devidamente aparelhadas no que se refere ao:

Material e utensílios escolares, que dão maior eficiência ao ensino; urge a adoção de programmas de ensino organizados de accôrdo com as condições peculiares do nosso povo e às exigencias da vida no campo, despertando-lhes o amor a natureza e adestrar as classes mais adeantadas em trabalhos praticos e agricultura. (VALE; SOUZA, 1922, p. 124).

Os autores acrescentaram que a “escola ensina pouco e às pressas; e educa ainda”, por isso, os programas de ensino, tanto das escolas urbanas como das rurais, deveriam ser mais simplificados. Os relatores explicam como deveria ocorrer essa a

simplificação:

Tal simplificação consistirá, a nosso ver, em se banir dos programmas tudo o que represente inútil sobrecarga para as crianças. Ficará o que for realmente aproveitável, o que corresponder effectivamente às necessidadess da vida diária, e aos elevados fins da educação (VALE; SOUZA, 1922, p. 126).

Os programas de ensino primário, ainda segundo os relatores, deveriam abranger as disciplinas de linguagem, aritmética, geografia, história pátria, noção elementar de ciências física e natural, desenho, gramática e trabalhos manuais (VALE; SOUZA, 1922). As determinações expressas no programa defendido nesta *Conferencia* para as escolas primárias em geral têm semelhança com o programa de ensino para as escolas isoladas mato-grossenses de 1917<sup>4</sup>, fato que parece ser um indicativo de que Mato Grosso não se encontrava tão desarticulado das ideias educacionais que circulavam no Brasil.

O programa para o ensino primário seria diferente para as escolas urbanas e rurais. O destinado às escolas urbanas seria mais desenvolvido, já que as mesma tinham possibilidade de ampliar o curso primário, de 3, para 4 anos, sendo destinados os “dois últimos annos ao ensino profissional”. Para as escola rurais, os programas, com 3 anos de duração, conterão “o estrictamente necessário à população do campo, consagrando-se o ultimo anno do curso aos estudos e trabalhos de carater profissional, ao par da revisão methodica das disciplinas anteriores ensinadas.” (VALE; SOUZA, 1922, p. 127).

Em 1927, o presidente do estado Mário Corrêa da Costa, em Mensagem à Assembleia Legislativa, ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos docentes que se aventuravam a exercer magistério nas localidades isoladas de Mato Grosso, alertando que estes estariam privados de estrutura física e pedagógica. Nessa mensagem (1927, p. 122), as escolas rurais ainda pertenciam ao conjunto de escolas isoladas, existindo naquele ano 146 escolas nessa classificação. No corpo do texto da mensagem, o presidente do estado, Mário Corrêa acrescentava que:

A falta de pessoal para o exercício do magistério; a situação de muitas dellas, afastadas centenas de leguas dos centros populosos; os parcos vencimentos que actualmentes percebem aquelles que se arriscam à regencia de uma dessas cadeiras; a carencia de material didactico e escolar; a falta de predio adaptavel à escola; as dificuldades de comunicação e mais que tudo a inefficacia de fiscalização, são factores que concorrem para o pouco resultado obtido por essas escolas isoladas. (MENSAGEM, 1927, p. 122).

Por esse motivo, Corrêa da Costa (MENSAGEM, 1927), não satisfeito com o quadro que se apresentava na instrução pública primária mato-grossense, principalmente no que dizia respeito às escolas isoladas, formou uma comissão composta pelo Dr. Cesário Alves Corrêa, diretor geral da instrução pública, Jayme Joaquim de Carvalho,

4 Ver Quadro 02.

Isac Povoas, Júlio Müller, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho, Philogonio Corrêa, Fernando Leite Campos, Nilo Póvoas e Alcindo de Camargo para elaboração de um novo regulamento da Instrução Pública (SÁ; SÁ, 2011, p. 36). O Regulamento foi sancionado pelo Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927.

**Ilustração 01:** Escola Isolada Rural Mista do Distrito da Guia - Cuiabá – MT



Fonte: CONCEIÇÃO (Acervo pessoal), 2012.

Diferentemente das escolas rurais, nas áreas urbanas o governo daria maior desenvolvimento à construção de prédios novos ou reformaria os edifícios escolares estaduais já existentes, se assim fosse necessário, “a fim de melhorar as suas condições higiênico-pedagógicas”, demonstrando, com isso, a clara distinção entre as determinações educacionais expressas para as urbanas e rurais.

Nas áreas rurais, o governo concederia, “a título de auxílio, contribuições pecuniárias às populações rurais [...] que se propuserem a construir prédios escolares.” Os prédios, segundo o mesmo Regulamento, deveriam ainda preencher, quanto possível, as seguintes condições: capacidade para abrigar o mínimo de alunos exigido por lei, situação em relação ao solo e à vizinhança favoráveis à criação de instituições educacionais; possuir ventilação, iluminação e instalações sanitárias condizentes a um estabelecimento de ensino. Os prédios seriam inspecionados regularmente, ficando a cargo do inspetor médico a decisão de condenar os mesmos, caso os julgasse impróprios ou nocivos à saúde dos alunos, “em tais casos, a escola será transferida, suprimida ou temporariamente fechada, para se proceder aos reparos julgados necessários.” (REGULAMENTO 1927, p. 177).

Com relação aos materiais didáticos, havia diferença na escolha dos livros que seriam utilizados nas escolas urbanas e nas isoladas. Nas primeiras, os livros teriam

prévia aprovação por uma comissão composta pelo Diretor Geral do Ensino, Inspectores Gerais e pelo Inspetor Médico. Já para as escolas isoladas, sua distribuição e escolha eram feitas pelo respectivo professor (REGULAMENTO, Art. 125, 1927).

Para efetivação das matrículas nas escolas primárias mato-grossenses, o documento retrata as seguintes disposições: “A matrícula nas escolas primárias do Estado é gratuita e obrigatória, para todas as crianças normais, de 7 a 12 anos, que residirem no raio de 2 quilômetros da escola pública.” (REGULAMENTO, Art. 133, 1927).

Nas escolas isoladas, as matrículas seriam registradas pelos professores responsáveis pela instituição escolar, sendo que nos grupos escolares e escolas reunidas efetivadas pelos “diretores mediante simples solicitação verbal dos pais ou responsáveis.” (REGULAMENTO, Art. 134, 1927). O professor ou professora que se aventurasse a ministrar aulas nas escolas rurais teria que exercer, além da função docente, também as atribuições administrativas.

Com relação aos conteúdos ministrados, Alves (1998, p. 73) esclarece que “todas as escolas deveriam adotar os mesmos conteúdos, com variações apenas na duração dos cursos. As disciplinas básicas eram: leitura, escrita, as quatro operações, noções de história pátria, geografia do Brasil e de Mato Grosso e noções de higiene.”

A autora, ao refletir sobre as delineações educacionais para as escolas rurais, englobadas nas determinações do Regulamento de 1927, aponta uma variação, tanto na duração do curso quanto no número de disciplinas. Enquanto nas escolas urbanas o curso primário tinha a duração de 3 anos, podendo ser acrescidas outras disciplinas, além das determinadas no Regulamento, na escola rural a duração seria de 2 anos, sendo o conteúdo restrito às noções básicas de cada disciplina, visto a redução expressiva da carga horária.

Desta forma, entende-se que a escola rural mantinha um currículo diferenciado dos moldes urbanos e, nessa medida, era o mesmo defasado em relação a outras instituições escolares citadinas. Acrescido a essa problemática, pode-se citar outro fato que diz respeito ao provimento de professores para as escolas primárias mato-grossenses. Segundo o Regulamento, seu ingresso seria feito mediante concurso, entretanto, havia somente duas escolas de curso Normal em Mato Grosso, uma em Cuiabá e outra em Campo Grande (ALVES, 1998).

A distância que separava as duas, atrelado ao problema da densidade demográfica, limitava esse requisito no provimento de docentes para todas as escolas de Mato Grosso. Dessa forma, o número de professores diplomados era insuficiente para atender a demanda educacional. Os habilitados compunham, em sua maioria, o quadro das escolas urbanas, sendo destinados às rurais apenas professores interinos em início de carreira e em sua maioria leigos<sup>5</sup>.

Para Alves (1988, p. 137), Mato Grosso, nos moldes do Regulamento de 1927, apresentava uma rede de ensino deficiente:

---

5 Professores leigos eram profissionais com apenas o primário completo, sem diploma de normalistas.

Apesar da criação de várias escolas isoladas e alguns grupos escolares, da escola ser divulgada como elemento primordial no “progresso” do Estado, a educação em Mato Grosso no aspecto técnico-pedagógico só apresentava resultados nas escolas urbanas. Na zona rural [...] os resultados continuavam sendo quase nulos.

Segundo Leite (1970, p. 138) o Regulamento de 1927 estabeleceu “um único tipo de escola: [...] nas zonas rurais de fraca densidade demográfica ministrava mecanicamente as mesmas disciplinas que os mestres ensinavam nas zonas urbanas, densamente povoadas.” Os governantes, de acordo com esse autor, instituíram um Regulamento que teve fins meramente administrativos.

Ao dividir as escolas em isoladas rurais, isoladas urbanas, isoladas noturnas, reunidas e grupos escolares, o Regulamento de 1927 não considerou as condições peculiares de cada região, ou se o ensino seria adequado às necessidades educacionais locais, “nem que a cada tipo correspondesse um grupo de professores, um programa, um método, um prédio adaptado às necessidades e possibilidades do meio.” (LEITE, 1970, p. 138).

Após dois anos de sua implantação, Mário Corrêa da Costa, administrador responsável por sua sanção, admitia que Mato Grosso não se encontrava economicamente preparado para suprir as necessidades de todas as escolas rurais de acordo com os ditames da legislação educacional, visto que o Regulamento, para produzir bons resultados, necessitava de “fartos recursos e de tempo, a instrução popular é encargo que não póde ser atribuído exclusivamente a iniciativa isolada do Estado, exigindo também a cooperação do governo federal e municipal.” (MENSAGEM, 1929, p. 88).

Annibal de Toledo, que assumiu a presidência do Estado em 1930, declarou que o ensino nas escolas rurais não oferecia resultados significativos e que somente o ministrado nos grupos escolares desfrutava de proveito educacional, uma vez que o governo destinava mais recursos e equipamentos para essas instituições. Desse modo, ele pretendia criar grupos escolares para “fundir no novo estabelecimento, algumas escolas isoladas de pouca eficiência pedagógica.” (MENSAGEM, 1930, p. 42).

Toledo se referia às escolas isoladas em geral, antes do desmembramento, sem se atentar para as disposições apregoadas pelo Regulamento de 1927, dizendo que eram em número de 175 os estabelecimentos de ensino. Esclareceu ainda que, mesmo com aumento das matrículas nessas instituições tivesse crescido, contando com aproximadamente 5.334 alunos matriculados, ele estava convencido de que:

[...] a frequencia atinja sequer à terça parte da matricula, o aproveitamento dos alumnos estou certo de que não corresponde o sacrificio do Thesouro. A impossibilidade de frequentes inspecções favorece a negligencia dos docentes, estimulada já pela incompetencia, pela impropriedade das installações, pela deficiencia de material e por varios outros factores conhecidos. (MENSAGEM, 1930, p. 42)

Por esse motivo, o mesmo estava convencido de que o ensino primário que mais tinha proveito educacional estava sendo ministrado pelos Grupos Escolares e escolas isoladas situadas nos centros urbanos das cidades e principais vilas de Mato Grosso. O ministrado nas escolas rurais e ambulantes era considerado, quase na sua totalidade, como ineficiente, sendo sua manutenção considerada um desperdício dos recursos públicos. Por isso, decidiu “não prover as escolas rurais e ambulantes que fôrem se vagando e a tratar de crear imediatamente grupos e escolas reunidas onde quer que se tornem necessários.” (MENSAGEM, 1930, p. 42).

### Considerações Finais

Estudar as Escolas isoladas em Mato Grosso foi enveredar por caminhos que, num primeiro momento, se apresentavam indecifráveis. Tinha-se uma farta documentação que a cada página ressaltava a precariedade, a falta de profissionais habilitados para o magistério, a dificuldade de acesso aos locais, falta de estrutura física e pedagógica em que se encontravam as escolas nas áreas distantes dos centros urbanos, levando-se em consideração que em Mato Grosso (uno), devido à sua grande extensão territorial e pouca densidade demográfica, difícil se tornava diferenciar o urbano do rural.

Para não cometer enganos referentes à tênue linha que demarcava as duas áreas, optou-se em utilizar as determinações do Regulamento de 1927, visando compreender onde poderia estar localizada cada modalidade escolar. O Regulamento explicitava que: as escolas isoladas urbanas se localizavam até 3 km da sede do município; as escolas isoladas rurais, a mais de 3 km da sede do município; as escolas isoladas noturnas, até 3 km da sede do município; as escolas reunidas, num raio de 2 km da sede do município, e os grupos escolares até 2 km da sede municipal.

As convergências entre as fontes documentais se pautaram no fato de que nas escolas isoladas rurais mato-grossenses havia escassez de material pedagógico, de estrutura física, de corpo docente habilitado para o magistério, assim como quanto à dificuldade de acesso ao local, devido as longínquas localidades. Nas escolas isoladas urbanas a situação era totalmente diferenciada, havia provimento das necessidades educacionais e a fiscalização do poder público.

Com todas as dificuldades, as escolas isoladas, sejam urbanas, distritais ou rurais, foram as responsáveis por ofertar o ensino primário aos moradores de diferentes localidades de Mato Grosso e sempre ganharam em números de instituições, do grupos escolares e das escolas reunidas.

### REFERÊNCIAS

ALVES, Laci Maria Araújo. **Nas trilhas do ensino (1910-1946)**. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás: Morrinhos na primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). UFMG – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

209p

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MATO GROSSO. **Mensagem** á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1913.

\_\_\_\_\_. **Mensagem** á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1919.

\_\_\_\_\_. **Mensagem** á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso –

APMT, Cuiabá – MT, 1927.

\_\_\_\_\_. **Mensagem** á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1929.

\_\_\_\_\_. **Mensagem** á Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso –

APMT, Cuiabá – MT, 1930.

POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910 – 1927). Tese (Doutorado em Educação) – USP Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2006. 220 fls.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária**. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1910.

\_\_\_\_\_. **Regulamento da Instrução Pública Primária**. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1917.

\_\_\_\_\_. **Regulamento da Instrução Pública Primária**. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1927.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930) In: \_\_\_\_\_. **Revisitando a história de escola primária**: os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SANFELICE, José Luís. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. **Revista HISTEDBR**, n. especial, ago. 2006, 01-27p. Disponível em: <[www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/Especial/art4\\_22e.rtf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/Especial/art4_22e.rtf)>. Acesso: 01/05/2012.

\_\_\_\_\_. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR**, n. especial, set. 2009, 192-200p. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13\\_35.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf)>. Acesso: 01/05/2012.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: Memória, História e perspectivas de Pesquisa. **Revista Tempo**. 2009, v. 13, n. 26, p. 32-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>>. Acesso em: 01/07/2012.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Grandeza da Pátria e Riqueza do Estado: Expansão da Escola Primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). **Revista de Educação Pública** - v. 19, n. 41 (set./dez. 2010), p. 535-550.

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública**: história do ensino primário em Mato Grosso. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1970.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: EdUNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo na Primeira República**: subsídio para a história comparada da escola primária no Brasil. 2010. 148-191. (Documento manuscrito, não publicado) Mimeo.

SOUZA, J. B. Mello; GUIMARÃES, Orestes. Difusão do ensino primário no Brasil. In: **Annais...** da Conferencia Interestadual de Ensino Primário, realizada no Rio de Janeiro de 12 a 16 de outubro 1922. Rio de Janeiro: O Norte, 1922. p. 426-439.

VALLE, Freitas; SOUZA, João Batista Mello. Escolas ruraes e urbanas – estagio e programa de ensino escolas ruraes e urbanas. In: **Annais...** da Conferencia Interestadual de Ensino Primário, realizada no Rio de Janeiro de 12 a 16 de outubro 1922. Rio de Janeiro: O Norte, 1922. p. 124-139 (FEUSP – São Paulo, tomo 53).

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; NIENOV, Gisele. Escola Normal Rural e seu impresso estudantil. **Educ. Rev.** 2007, n. 45, p. 81-105. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n45/a05n45.pdf>>. Acesso em: 17/03/2012.